



FUNDAÇÃO MARIA MANUELA
E VASCO DE ALBUQUERQUE D'OREY

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY
Morada	RUA CASTILHO Nº14 C 4
Código postal	1250-069
Localidade	LISBOA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	502117907
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	
Fundo social	798076,64

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de diretivo da entidade FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY, por remissão com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, o Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	6 388	24 025	-17 636	-73,41%
Gastos com o pessoal	0	0	0	0,00%
Gastos de depreciação e de amortização	223	825	-602	-72,99%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	598	1 745	-1 147	-65,76%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	0,00%
TOTAL	7 209	26 595	-19 386	-72,89%

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	0	0	0	0,00%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	0	0	0	0,00%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	7 122	26 666	-19 544	-73,29%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	7 122	26 666	-19 544	-73,29%

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	136	896	-760	-84,77%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-86	71	-158	-221,07%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	-86	71	-158	-221,07%
Imposto sobre o rendimento do período	268	531	-263	-49,55%
Resultado líquido do período	-354	-460	105	22,93%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Fundos	798 077	798 077	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	44 310	44 310	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	-825 291	-824 832	-460	-0,06%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	-354	-460	105	22,93%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/22	31/dez/21
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,20	0,10
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	6,00	11,36
Solvabilidade	Fundo de capital/ Passivo total	5,00	10,36
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	6,00	11,36
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,83	0,91

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/22	31/dez/21
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	2,61	4,34
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	2,61	4,34
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	2,56	3,50

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do fundo de capital, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a entidade e a direção.

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da entidade.

A entidade não detém sucursais em território nacional.

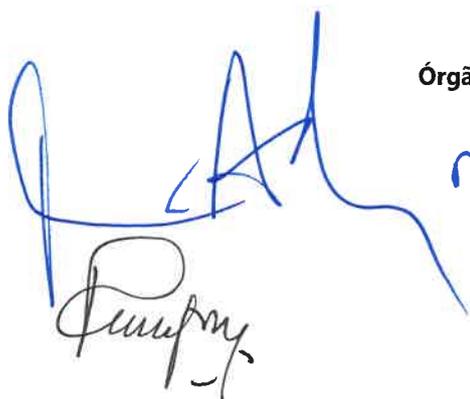
9. Proposta de aplicação de resultados

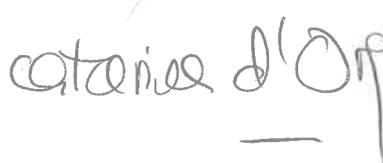
A gerência propõe que o resultado líquido do exercício, seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

10. Agradecimentos

A direção aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

LISBOA, 21 de abril de 2023


Órgão Diretivo



Catarina d'Orp

ESNL - Balanço em 31 de Dezembro de 2022		Moeda: EURO	
Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	11 358,82	11 581,62
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Total do ativo não corrente		11 358,82	11 581,62
Ativo corrente			
Inventários	7		
Clientes	16	115,00	1 259,80
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16		
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos		53,62	129,07
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	16	8 564,57	5 774,10
Total do ativo corrente		8 733,19	7 162,97
Total do ativo		20 092,01	18 744,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		798 076,64	798 076,64
Excedentes técnicos			
Reservas		44 309,61	44 309,61
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-825 291,39	-824 831,78
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		-354,23	-459,61
Total do fundo patrimoniais		16 740,63	17 094,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6		
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	553,50	492,00
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	16	267,88	847,73
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6		
Diferimentos		1 300,00	
Outras contas a pagar		1 230,00	310,00
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente		3 351,38	1 649,73
Total do passivo		3 351,38	1 649,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		20 092,01	18 744,59

ESNL - Demonstração de Resultados Anual por Naturezas

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8		
Subsídios, doações e legados à exploração ISS, IP Outras Entidades Públicas	10		
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	8	-6 388,37	-24 024,84
Gastos com o pessoal	8		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	8	7 122,32	26 665,88
Outros gastos e perdas	8	-597,50	-1 744,92
Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos		136,45	896,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-222,80	-824,80
Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		-86,35	71,32
Juros e rendimentos similares obtidos	8		
Juros e gastos similares suportados	8		
Resultado antes de impostos		-86,35	71,32
Imposto sobre o rendimento do período		-267,88	-530,93
Resultado líquido do período		-354,23	-459,61

Órgão de Diretivo:


 Catherine d'Orey

Contabilista Certificado n.º

2799



DESCRÇÃO	NOTAS	Fundo Realizado	Outros Instrum. Fundos Patrimoniais	Prémios de Emissão	Reservas	Outras Reservas	Resultados Transitados	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total do Fundo Patrimonial
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022		798 076,64			44 309,61		-824 831,78			-459,61	17 094,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira Adopção do SNC											
Alterações de Políticas Contabilísticas											
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras											
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos										459,61	
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos										459,61	
Ajustamentos por Impostos Diferidos											
Outras Alterações no fundos patrimoniais											
RESULTADO LÍQUIDO										-354,23	-354,23
RESULTADO EXTENSIVO										105,38	-354,23
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022		798 076,64			44 309,61		-825 291,39			-354,23	16 740,63

Órgão de Gestão

Handwritten signature and name: Catarina D'Oréy

Contabilista Certificado n.º 2799

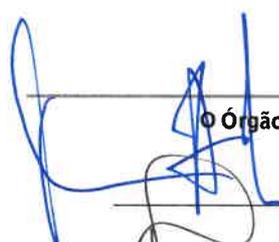
Handwritten signature of the accountant

ANEXO

2022

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY
Morada	RUA CASTILHO Nº14 C 4
Código postal	1250-069
Localidade	LISBOA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	502117907
Classificação de atividade económica (CAE)	94995
Conservatória	
Capital social	798076,64


O Órgão Diretivo

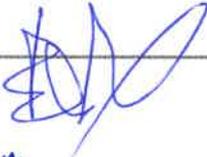
Fund. Catalina d'Orey


O Contabilista Certificado

ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Ativos fixos tangíveis.....	7
5)	Nota 5 - Ativos intangíveis.....	8
6)	Nota 6 - Custos de empréstimos obtido.....	9
7)	Nota 7 - Inventário e ativos biológicos.....	10
8)	Nota 8 - Rendimentos e gastos	10
9)	Nota 9 - Provisões	12
10)	Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	12
11)	Nota 11 - Instrumentos financeiros.....	13
12)	Nota 12 - Benefícios de empregados.....	13
13)	Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço.....	13
14)	Nota 14 - Agricultura.....	13
15)	Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais	13
16)	Nota 16 - Outras divulgações.....	13





Estorino d'Orey

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY, tem a sua sede em LISBOA, com o número de identificação fiscal (NIF) 502117907, com o CAE n.º 94995. A Entidade tem como atividade principal a OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E..

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeirasa) Referencial Contabilístico

Em 2022 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

3

Catarina d'Orey
M. Manuela
[Signature]

[Signature]

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de FUNDAÇÃO M.MANUELA E V.A.D'OREY são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

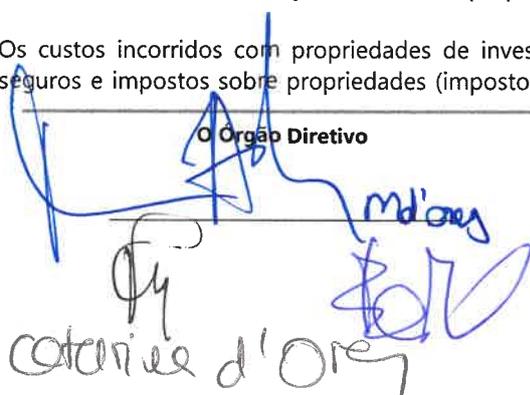
Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

4


Catherine d'Orey

resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

5

são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

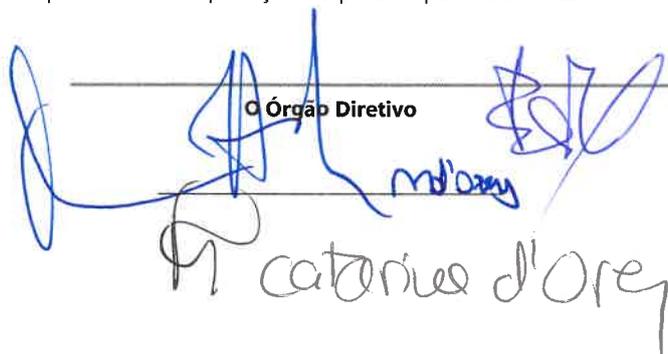
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

6



Catarina d'Orey

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

7

Manuela d'Oré

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2022.

	1/jan/22	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/22
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	8 000	-	-	-	8 000
Equipamento administrativo	90 944	-	-	-	90 944
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	16 039	-	-	-	16 039
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	114 983	-	-	-	114 983
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	(8 000)	-	-	-	(8 000)
Equipamento administrativo	(90 071)	(223)	-	-	(90 294)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(5 330)	-	-	-	(5 330)
Total de depreciações acumuladas	(103 401)	(223)	-	-	(103 624)
Total do ativo líquido	11 582	(223)	-	-	11 359

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

O Órgão Diretivo

Caterina d'Orey

O Contabilista Certificado

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos intangíveis de 2022.

Não aplicável.

6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica “financiamentos obtidos” está discriminado como se segue:

Não aplicável.

O Órgão Diretivo

Catherine D'orey

O Contabilista Certificado

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Não Aplicável

8) Nota 8 – Rendimentos e gastos

Não Aplicável

Outros rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/22	31/dez/21
Donativos	7 120	7 970
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	2	18 696
TOTAL	7 122	26 666

Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2022 e 2021:

Não aplicável

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:


O Órgão Diretivo
Catarine d'Orey

O Contabilista Certificado

10

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/22	31/dez/21
Subcontratos	-	6 700
Serviços especializados	2 154	3 607
Trabalhos especializados	2 096	633
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	-	2 592
Comissões	-	-
Conservação e reparação	41	382
Outros	18	-
Materiais	146	165
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	8
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	27	157
Artigos para oferta	119	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	-	-
Eletricidade	-	-
Combustíveis	-	-
Água	-	-
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	1 088	9 058
Deslocações e estadas	1 088	9 058
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	3 000	4 494
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	27	53
Seguros	129	243
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	1 257	-
Despesas de representação	1 582	4 198
Limpeza, higiene e conforto	-	-
Outros serviços	5	-
TOTAL	6 388	24 025

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

Gasto com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Não Aplicável

Provisões

Não aplicável

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/22	31/dez/21
Impostos	132	362
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	226	598
Donativos	-	550
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	240	236
TOTAL	598	1 745

9) Nota 9 - Provisões

Não aplicável

10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Não aplicável

O Órgão Diretivo



Catherine d'Orey

O Contabilista Certificado



11) Nota 11 – Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 – Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14) Nota 14 - Agricultura

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 – Outras divulgações**Fluxos de caixa**

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/22	31/dez/21
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	8 565	5 774
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	8 565	5 774

Cientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2022 e 2021 apresenta a seguinte decomposição:

O Órgão Diretivo

Catarino d'Orey

O Contabilista Certificado

CLIENTES	31/dez/22	31/dez/21
Clientes c/c	115	1 260
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	115	1 260
Adiantamentos de Clientes	-	-

O Órgão Diretivo



Castorino d'Orey

O Contabilista Certificado



Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2022 e 2021 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/22	31/dez/21
Fornecedores conta corrente	554	492
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	554	492
Adiantamentos a fornecedores	-	-

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	31/dez/22	31/dez/21
Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(268)	(848)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(268)	(531)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	(317)
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	(268)	(848)

O Órgão Diretivo



md'orey
Catarina d'Orp

O Contabilista Certificado



Associados e Membros

Não aplicável

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.


O Órgão Diretivo
M. Manuella
Catarineo d'Orey

O Contabilista Certificado

16



Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey

**Certificação Legal das Contas
2022**

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 20.092,01 euros e um total de fundos patrimoniais de 16.740,63 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 354,23 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey** em 31 de dezembro 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 18 de maio de 2023

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



Luis Miguel Damas
(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)